



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000220423

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2044237-22.2022.8.26.0000, da Comarca de Avaré, em que é impetrante DANIEL ROBERTO DE SOUZA e Paciente SHEILA FABIANA FRANCISCO, é impetrado MM. JUIZ(A) DE DIREITO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DA 24ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA - AVARÉ.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Convalidaram a liminar e Concederam a ordem.V.U.**

, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE SAMPAIO (Presidente) E FIGUEIREDO GONÇALVES.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ALBERTO ANDERSON FILHO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Habeas Corpus nº 2044237-22.2022

Impetrante: Daniel Roberto de Souza

Paciente: Sheila Fabiana Francisco

Juízo: 2ª Vara Criminal da Comarca de Avaré

Voto nº 22996

***HABEAS CORPUS – Tráfico de drogas –
Prisão preventiva decretada – Revogação –
Liminar deferida – Genitora de filhos menores
de 12 anos de idade – Prisão domiciliar
cabível - Ordem concedida.***

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Daniel Roberto de Souza, em favor de **Sheila Fabiana Francisco**, alegando estar sofrendo ilegal constrangimento por parte do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Avaré.

Em breve síntese, o impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva da Paciente é carente de fundamentação idônea, descabida e desproporcional.

Alega, também, que a Paciente foi presa com pequena quantidade de droga, a qual era destinada ao seu próprio consumo, bem como é tecnicamente primária, possui endereço fixo e, embora desempregada, possui ocupação lícita de faxineira.

Argumenta, ainda, que a Paciente é genitora de seis filhos: Sofia Naiomy Francisco dos Santos, de 1 ano e 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

meses, Kauan Pietro Francisco Pedroso, de 06 anos, Ana Beatriz Francisco Coelho, de 11 anos, Luiz Fabiano Francisco Coelho, de 14 anos, devendo ser observado o artigo 318, inciso III e V, do Código de Processo Penal, ainda mais diante da pandemia.

Aduz que por ser tecnicamente primária, a Paciente pode ser beneficiada com a redução da pena pelo tráfico privilegiado ou ter a conduta desclassificada para a figura do artigo 28 da Lei Antidrogas.

Por fim, alega excesso de prazo na formação da culpa.

Pugnou pela concessão da liminar para que a Paciente fosse colocada em prisão domiciliar, confirmando-se a decisão no julgamento do mérito.

A liminar foi deferida (fls. 196/198) e a Douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pela concessão da ordem (fls. 203/208).

É o relatório.

A liminar deve ser convalidada, ficando reiterados os termos da referida decisão:

“Consta dos autos que no dia 28 de fevereiro de 2022, a Paciente e seu companheiro Kleber Marinho dos Santos foram surpreendidos por policiais militares, na via pública, e revistada, localizaram com a Paciente uma pedra de “crack”, pesando 4,8g.

Na residência do casal, os policiais encontraram na jaqueta de Kleber outra pedra de crack, pesando também 4,8g, além de R\$ 620,00. No guarda-roupa havia muitos saquinhos plásticos transparentes próprios para embalar pedras de “crack” e no VW/Gol, pertencente a Kleber, encontraram no porta luvas mais R\$ 1.092,00.

Pois bem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excepcionalmente a liminar deve ser deferida.

A Paciente é tecnicamente primária (fls. 117/121), foi surpreendida portando pequena quantidade de droga e comprovou ser genitora de três crianças menores de 12 anos (fls. 37/39).

A Paciente declarou ser a responsável pelos filhos (fls. 89), observando-se que com relação à filha Sofia, de apenas 1 ano de idade, o genitor é Kleber Marinho dos Santos que também foi autuado nestes autos e se encontra custodiado.

Desse modo, levando-se em consideração que a pessoa da Paciente é imprescindível para os cuidados dos filhos, em especial à menor Sofia, entendo ser caso para a concessão da prisão domiciliar, em consonância com o entendimento jurisprudencial consolidado no HC nº 165.704 da 2ª Turma do STF.

Assim, **defiro a liminar** para conceder a prisão domiciliar à Paciente, lembrando sempre que a prisão domiciliar **é prisão com restrição da liberdade**, não liberdade provisória, devendo, portanto, a Paciente sempre permanecer no domicílio, somente podendo dele sair em caso de extrema urgência, devidamente comprovada e não ficar vagando pelas ruas como se em liberdade estivesse”.

A determinação foi devidamente cumprida no dia 07/03/2022, não havendo mais constrangimento ilegal a ser sanado.

Sendo assim, convalida-se a liminar e **concede-se a ordem**.

Alberto Anderson Filho

Relator